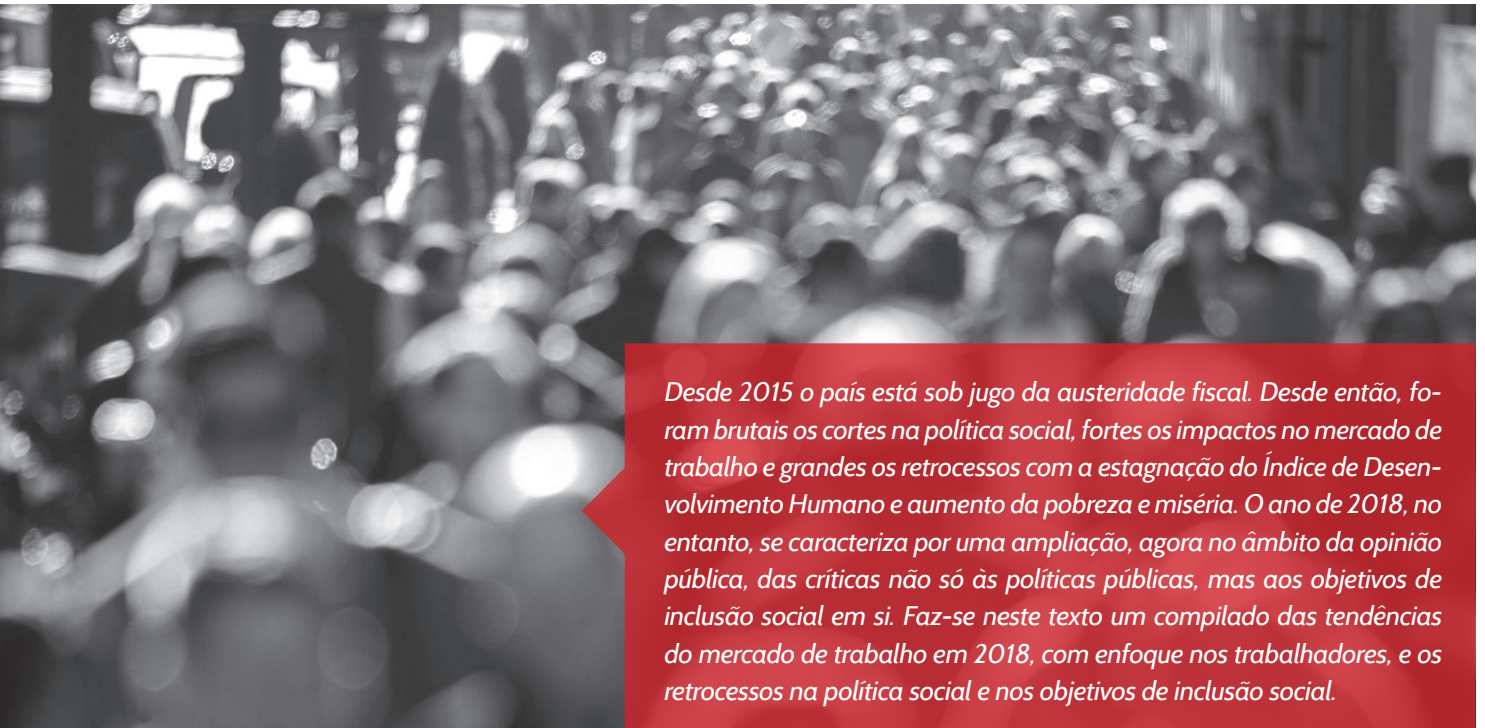


SOCIAL



Desde 2015 o país está sob jugo da austeridade fiscal. Desde então, foram brutais os cortes na política social, fortes os impactos no mercado de trabalho e grandes os retrocessos com a estagnação do Índice de Desenvolvimento Humano e aumento da pobreza e miséria. O ano de 2018, no entanto, se caracteriza por uma ampliação, agora no âmbito da opinião pública, das críticas não só às políticas públicas, mas aos objetivos de inclusão social em si. Faz-se neste texto um compilado das tendências do mercado de trabalho em 2018, com enfoque nos trabalhadores, e os retrocessos na política social e nos objetivos de inclusão social.

Um ano difícil para os trabalhadores

O ano de 2018 não foi positivo para as trabalhadoras e os trabalhadores e para o avanço de políticas relativas à inclusão social. De um lado, avança o pensamento neoliberal e a defesa da austeridade; de outro, avança o conservadorismo como força política, que ataca os que lutam pela diminuição das desigualdades sociais, de gênero, raciais etc. Espera-se, em 2019, um aprofundamento da política econômica da austeridade, que até aqui não tem sido capaz de gerar mais empregos e mais ataques, não só às políticas sociais, mas aos objetivos de inclusão social no país.

Se é verdade que o governo Temer avançou nas pautas impopulares em 2018 (apesar de grande parte do “estrato” se concentrar em 2017), o quadro foi ofuscado pela eleição ocorrida em outubro último, que expressou um crescimento do conservadorismo e das forças pró-mercado no país.

Mercado de trabalho

Os dados da Pnad Contínua mais recentes apontam que a desocupação esteve em 11,7% no trimestre de agosto a outubro, 0,6 ponto percentual a menos que no trimestre de maio a junho de 2018, e tam-

bém caindo (0,5 ponto percentual) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A taxa de desocupação de 2017 deve ser a mais alta da série histórica, sendo a de 2018 ligeiramente mais baixa.

De fato, ao longo de 2018 a desocupação tendeu a cair, tanto percentual (como já apontado) quanto numericamente (de agosto a outubro o país tinha 12,4 milhões de desocupados, sendo que no mesmo trimestre do ano anterior este número era maior em 389 mil pessoas). No entanto, a queda da desocupação não é uma boa notícia para as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros, pois ocorreu com o crescimento do desalento (que ocorre quando a pessoa desiste de procurar emprego), crescimento da informalidade e do trabalho por conta própria (precário, o típico “empreendedorismo” por falta de opção), e flexibilização do conceito de formalidade a partir da Reforma Trabalhista, em vigor desde novembro de 2017. Nem mesmo com a ampliação do que se considera trabalho formal, realizada pela Reforma, ocorreu ampliação da formalidade.

O desalento, mostram os últimos dados da Pnad Contínua, cresceu 10,6% de agosto a outubro de 2018 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (4,3 milhões de pessoas nesta categoria antes contra 4,7 milhões de pessoas no mesmo trimestre de 2018). O aumento da categoria, numericamente,

se contrapõe à redução apresentada pela desocupação no mesmo período. E o emprego sem carteira foi o que mais cresceu no ano de 2018 até outubro, sendo que o emprego com carteira permaneceu estagnado, assim como ocorrido em 2017.

Outro dado importante para a análise do mercado de trabalho é a subutilização, que combina as trabalhadoras e os trabalhadores desocupados, que trabalham menos horas do que gostariam e os desalentados. Este indicador também cresceu, de 23,8% da força de trabalho de agosto a outubro de 2017 para 24,1% de agosto a outubro de 2018. Em números absolutos, representou 27,2 milhões de pessoas de agosto a outubro de 2018, contra 26,6 milhões no mesmo trimestre do ano anterior. Ou seja, cerca de seiscentas mil pessoas passaram a fazer parte deste contingente em um ano.

Esta análise é condizente com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lançado recentemente, que mostra que os desalentados no Brasil são, preponderantemente, mulheres, nordestinas, pouco escolarizadas e jovens. Ainda, enquanto no início de 2016 pouco mais de 14% dos que transitavam do desemprego para a inatividade o faziam por conta do desalento, no segundo trimestre de 2018 essa proporção atingiu 22,4%. Esse dado indica que a permanência no desemprego por um período longo está fazendo com que uma parcela cada vez maior dos desocupados desista de procurar emprego. Para os autores da análise, a queda da desocupação ocorrida nos últimos meses se deve mais à retração da força de trabalho do que pela expansão da população ocupada. O estudo diz textualmente que “as maiores quedas da desocupação foram motivadas pela retração da oferta de mão de obra, não pela expansão do emprego”. Também vem crescendo a parcela de desempregados cujo tempo de procura por emprego é maior que dois anos. No segundo trimestre de 2018, esse percentual foi de 24%, superior ao registrado nos mesmos trimestres de 2017 (22%) e 2016 (20%). O principal aumento da população ocupada vem do setor informal.

Apesar dos esforços da mídia durante o ano para mostrar a suposta força do crescimento econômico sob Temer e convencer a população da necessidade de aprovar reformas como a da Previdência para

a economia continuasse a crescer, ela não decolou e a quantidade (e qualidade) de empregos gerados em 2018 ficou bem aquém do necessário. Assim, o cenário de baixo crescimento e de perda de direitos não se mostra positivo para as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros.

Políticas sociais

Como dito na introdução, se é verdade que o governo Temer avançou nas pautas impopulares em 2018 (apesar de grande parte do “estrago” se concentrar em 2017), o quadro foi ofuscado pela eleição. Há grandes dúvidas sobre como será o Brasil sob o governo Bolsonaro, mas a julgar que ele se propõe a aprofundar a política econômica de Temer e questionar os marcos para a política social pelo menos desde a Constituição de 1988, o quadro não deve ser positivo.

Marcos de 2018 foram o avanço de pautas como Escola sem Partido, que possui um teor fortemente persecutório, repressor e violento e que devem ganhar peso no ano de 2019, com a indicação de um defensor do movimento para ministro da Educação. A esse respeito, especialistas da área da educação têm alertado que o movimento Escola sem Partido prega que a escola passou a ser ideológica nos últimos trinta anos, o que coincide com o período da redemocratização do país. O futuro ministro da Educação Ricardo Vélez se pronunciou também contra a inclusão na educação superior ao dizer que “o aluno tem que sair do segundo grau pronto para o mercado de trabalho. Nem todo mundo quer fazer uma universidade. É bobagem pensar na democratização da universidade, nem todo mundo gosta”. Para o futuro ministro, a escola deveria mostrar ao aluno como ganhar dinheiro, por exemplo ao prepará-los para que viam youtubers: “como os youtubers, ganham dinheiro sem enfrentar uma universidade”.

Outro marco de 2018 também foi o cancelamento do convênio do Brasil com Cuba no âmbito do Programa Mais Médicos, o que pode provocar falta de assistência em diversas áreas carentes do país.

Vale lembrar também que Paulo Guedes afirmou que o Brasil “vai enterrar o modelo econômico social-democrata”. A Constituição Federal de 1988

(CF88), chamada de Constituição Cidadã, de fato se inspirou na social democracia, em especial a europeia, para instituir uma série de direitos aos cidadãos brasileiros, tal como consta em seu artigo 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. No entanto, toda a carga de exclusão e desigualdade da sociedade brasileira, de quatrocentos anos de escravidão seguida por períodos ditatoriais, não foi passível de ser alterada facilmente: aqui não é que tenha

falhado o projeto de inclusão social, mas sempre floresceu a exclusão social. Soma-se se a isso que, nos anos 1990, que se seguem à promulgação da CF88, o país tenha entrado na égide do neoliberalismo, que não garantiu recursos para as áreas sociais e ampliou problemas como o desemprego, a fome e a pobreza.

Não é casual que os ataques em diversos frentes convirjam para a crítica do que foi feito “nos últimos trinta anos” ou do que foi “garantido na Constituição”: muitos dos membros do novo governo, inclusive o presidente eleito, defendem abertamente a ditadura militar.